

BARREIRA, César. *Trilhas e Atalhos do Poder: Conflitos Sociais no Sertão*. Rio de Janeiro, Rio Fundo, 1992.

Este livro busca entender o processo de mudança nas relações políticas no Sertão, privilegiando a análise do cotidiano das relações sociais entre proprietários e camponeses. Estuda o espaço de contestação ou resistência camponesa, à luz das transformações gestadas pela penetração do capitalismo no campo brasileiro, a partir dos anos setenta.

Essas transformações visibilizam-se no processo de expulsão dos camponeses das fazendas, aliado ao processo de pecuarização. Para Barreira, este processo representa a adequação das relações sociais entre proprietários e camponeses, baseados no trato e caráter pessoal desta relação.

O fim do caráter pessoal em que tradicionalmente se revestia o modo de dominação e a estrutura de poder, pelo caráter impessoal das relações capitalistas, quebram o código cultural, desorganizando valores, até então considerados "naturais", e essa adequação, que se apresenta em quebra dos "códigos" do sertão desajusta as relações sociais de dominação e atingem proprietários e camponeses. A formalização de novos códigos culturais de dominação, mais adequados à lógica capitalista dá visibilidade, então, aos conflitos inerentes os ajustes do modo de dominação vigente.

A resistência camponesa a tal processo não é nova, não é produto dessas novas relações de dominação. O livro discute, assim, a política de ação cotidiana dos trabalhadores, afastando-se de dicotomias que ajudam a naturalização dos códigos de sujeição da dominação tradicional, e que classificavam como pré-políticas as resistências cotidianas e as utopias camponesas. Afirma, nesse sentido, que o campesinato sempre resistiu à sujeição imposta pelos proprietários.

Mostra, porém, que essa resistência por estar submersa no pessoal da relação que envolvia esses proprietários e camponeses, na maior parte das vezes se perdia no interior de um espaço privado, mediatizada pela estrutura de favor e lealdade, invisibilizando, assim, a luta comum contra a sujeição, o que possibilitava torná-la "natural", na medida que se buscava personalizá-la enquanto espaço individual de ação. O que caracterizava as lutas e resistências cotidianas como atos de insubordinação pessoal, e nesse sentido,

transfigura-las enquanto (des)lealdade, de quebra de honra ou de compromisso, deslocando o seu lado político de ação e naturalizando-as enquanto banditismo ou ações messiânicas.

Ao afirmar a política na ação dos camponeses no cotidiano das relações de dominação tradicional, Barreira amplia o significado de sujeito da história, imputando às ações humanas o construir societário. Afirma, por outro lado, que a adequação às práticas exigidas pela expansão e redefinições do capitalismo no campo, ampliou o espaço público de resistência camponesa e, nesse sentido, proporcionou a quebra do naturalismo com que se revestia o espaço e os modos de dominação no sertão, subvertendo a própria lógica dessa dominação pela emergência dos atores (camponeses e proprietários) ao cotidiano da esfera pública.

O que trás, como consequência dessa desnaturalização, o questionamento do espaço privado onde se erigia a dominação tradicional, e a presença de mediadores sociais a cada momento da relação de dominação gestada pelas novas regras em processo de adequação.

A ampliação do espaço público onde se gesta e se vive as novas práticas de dominação desestabiliza a estrutura clientelista tradicional, ao impessoalizar as ações dos atores em relação, impondo novos códigos e práticas de conduta. A resistência cotidiana dos camponeses (des)com-prometida com a lógica de favor e da lealdade tradicional, se apresenta, a partir de então, ao público, como luta por direitos, não pessoais, mas sociais, isto é, regida por códigos que ultrapassam a propriedade e o mando do proprietário.

Nesse sentido, para os próprios camponeses, o público da sua resistência, mesmo que individualmente realizada, transfigura sua ação e sua própria compreensão dessa ação, modifica o caráter de sua inserção no social pautada agora pela construção de uma identidade frente a diversidade de atores e ações políticas que pautam este social. O retiram do isolamento que possibilitava a construção "natural" de sua resistência, no interior de uma lógica de favor, e o fazem impor-se socialmente como força política visibilizando-se como atores, e tornando sua resistência em luta pela cidadania, pelo seu reconhecimento no espaço público como cidadãos, possuidores de direitos, como indivíduos que possuem uma identidade

camponesa, que os especifica enquanto atores, mas que também os igualizam com a diversidade dos atores que compõem o social, ou uma formação social específica, enquanto sujeitos políticos: portadores de projetos, de aspirações, de um *ethos* próprio, mas, é principalmente, de um espaço público de reconhecimento onde possam exercitar-se como cidadãos. Construir-se cotidianamente como cidadãos que lutam por direitos: regras de conduta que garantam sua reprodução social como indivíduos políticos plenos.

A visibilidade da resistência camponesa como luta por direitos, como luta pela cidadania, por outro lado, ao quebrar o espaço de sujeição tradicional, mesmo que motivado pelas redefinições das práticas capitalistas no campo, - e definido, inicialmente, pelos próprios códigos tradicionais que pautavam a existência da dominação vigente como o rompimento do favor e da lealdade ao proprietário pela ameaça ou efetivação de expulsão da propriedade, por exemplo -, modifica, também, o próprio conteúdo da dominação, gerando insegurança aos proprietários que passam a encarar a luta pelos direitos como deslealdade do camponês de favor. Embora busquem executar uma adequação das relações econômicas capitalistas para as suas propriedades os proprietários ainda visualizam os códigos do sertão como tradicionalmente se deram. E assimilam à resistência camponesa, também, a (des)lealdade, a quebra do compromisso tradicional.

Passam a temer o novo homem que emerge naquele que luta por direitos, a não reconhecer nele o camponês "de favor" e sentem "saudades" e idealizam o passado da sujeição que não mais é, ou pelo menos que reconstrói os códigos da conduta camponesa. Ao idealizarem o passado como momento perfeito de dominação, buscam assegurá-lo pelo uso indiscriminado da violência, pelo respeito à força bruta.

O que não deixa de ser, também, comum, ou natural ao sistema de dominação tradicional rompido e em adequação às novas práticas capitalistas, porém, diferente do modo de dominação tradicional, onde a violência aparecia mesclada ao favor, à uma política de compadrio que gestava e dava segurança a ambas as partes (proprietários e camponeses), agora, ela, a violência, aparece em sua forma mais pura, onde o uso da força passa a ser o controle possível, indiscriminado e ameaçador.

No quadro atual da violência permanente e contínua como forma de sujeição camponesa na idealização do passado do coronel, em bases econômicas redefinidas pela expansão capitalista no campo, se modifica, também, o próprio caráter e personalidade do executor direto da ação violenta: deixa de ser o jagunço e passa a ser o pistoleiro profissional. O que também personifica a mudança na estrutura de poder no sertão: o jagunço estava vinculado ao proprietário pela mediação da estrutura de favor, de proteção, e, nesse sentido era homem do coronel. O pistoleiro profissional, se ainda depende em alguma instância da proteção do proprietário, cada vez mais sua ação vem motivada, principalmente por uma boa recompensa.

O pistoleiro profissional mescla bem essa passagem das relações pessoais do sertão para relações impessoais, mais individualizadas. Clarifica os pressupostos de continuidade do sistema de dominação, baseados numa sujeição pela força bruta, mas ao mesmo tempo qualifica as rupturas nesse mesmo sistema, onde os mecanismos de controle baseados na dependência pessoal deixam de existir, ou se enfraquecem a tal ponto que a própria violência e seus executores também se individualizam, e como atores específicos se relacionam com os proprietários e se institucionalizam enquanto sindicato da morte, ganhando dimensão interestadual e às vezes nacional. Deixam de ser controlados pelo proprietário ou coronel específico e fazem parte de relações mais amplas e de redes de informações e controle de fora da estrutura de favor e de poder local.

O jogo político proporcionado pelas adequações da estrutura de poder no sertão à expansão do capitalismo no campo, modifica, assim, proprietários e camponeses como atores e identidades políticas. Modificam, inclusive, o conteúdo das lutas e estratégias camponesas, bem como do mando ou da estrutura de dominação em mãos dos proprietários.

O reconhecimento do movimento camponês da resistências camponesa pelo espaço público possibilita a ação de mediadores que ampliam o significado político das lutas e a inserem no social, - enquanto conjunto de leis que tornam possíveis a convivência de uma diversidade de *ethos* político, econômico e social, - a nível local e nacional. A onipotência dos proprietários do sertão é confrontada, assim, pela resistência do camponês e pela ação camponesa, mediatizada pela existência de um sindicato, de um arsenal jurídico e por atores

que se qualificam como próximos do camponês, como a igreja e partidos políticos.

Nessas novas configurações, a intimidade do mundo rural vem a público. E ao vir transforma a resistência privada em luta por direitos. Uma luta pela legitimidade de suas ações, pelo cumprimento da legislação agrária e pela modificação ou ampliação dos pontos obscuros ou comprometedores à sobrevivência do camponês como cidadão.

O poder então complexifica-se, não se restringe mais à figura do grande proprietário que passa, também, a movimentar-se em associações patronais contra a emergência do movimento camponês. A ceder novas formas de pressão, além da violência pura para poder expressar-se publicamente.

Os proprietários assim, também, se modernizam, e pelo menos em seus discursos públicos, já incorporam a inclusão dos direitos dos camponeses, de um espaço de contestação possível, no interior da legislação em vigor. Mesmo, quando lêem o caráter legal da ação camponesa com os olhos voltados para a manutenção dos velhos interesses.

O livro pergunta se é possível falar da construção de uma nova ordem política no sertão. Responde que sim, restringindo o alcance de sua resposta à modificação da imagem pública do camponês acomodado, submisso e passivo, pelo processo de constituição de uma identidade política na luta pela cidadania.

Ressalta enfim a percepção que o camponês tem dos limites de suas ações, ainda calcadas numa prática de dependência, de exclusão e arbitrio. O que leva a entender as modificações em curso, nas imagens e ações do campesinato, como um comportamento político possível que funciona como experiência acumulada no seu fazer-se político como cidadãos plenos.

Ao contrapor as mudanças introduzidas no sertão pelas expansões capitalista no campo aos códigos de dominação vigentes, o livro faz uma análise original da questão do poder a nível local. Embora tenha o sertão carceroso como objeto de análise torna-se um importante documento para a análise do processo de formação e consolidação da estrutura autoritária brasileira, e da confecção de um ser cidadão no Brasil. Cidadania invertida baseada no arbitrio e na exclusão sistemática das populações pobres urbanas e rurais do país.

- Mauro Guilherme Pinheiro Koury -
Coordenador e Professor do Mestrado
em

Ciências Sociais da UFPA.

ARLACCHI, Pino. *La Mafia Imprenditrice, la etica protestante e lo spirito del Capitalismo*. Il Mulino, Bologna, 1983.

A 23 de maio de 1992, o juiz Giovanni Falcone, desencadeador da operação "mãos limpas" no eixo Sicília-Itália e "inimigo número um da Cosa Nostra" (Padovani e Falcone, 1993) foi morto pela Máfia num dos vários atentados à sua pessoa. Com a morte, chamou mais a atenção do mundo para a sua causa do que numa vida de atuação pública e em onze anos de trabalho sistemático junto aos "arrepentidos" (*mafiosus confessus*).

Este acontecimento, junto com os desdobramentos da vasculha nas ações secretas das esferas políticas daquele país têm lembrado uma forma social que se havia desgastado e caído no âmbito dos estereótipos. Com novo vigor, a sociologia do direito, a política e os meios de comunicação se ocupam da Máfia, inclusive em novos esforços teóricos, classifica-tórios e de compreensão do fenômeno mafioso.

Concomitantemente, em vários países, a formação de quadrilhas no âmbito governamental, os pactos com as empreiteiras, o suborno, a lavagem do dinheiro ilícito, o estelionato, os crimes "de honra" e muitos outros mais são detectados, denunciados e averiguados, dando visibilidade às altas esferas do poder, aos seus segredos e às suas prerrogativas. É essa historicidade dos processos de burocratização de atividades ilícitas, do "segredo de estado" (por sua vez respaldado em imunidades parlamentares e governamentais indevidamente entendidas e utilizadas) que traz à atualidade trabalhos como o livro ora resenhado, "La Mafia Imprenditrice" (A Máfia Empresarial).

No âmbito sociológico já se vinham desenvolvendo importantes estudos sobre o comportamento mafioso (Hobsbawm, 1966; Hess, 1973; Blok, 1974), sobre um "tipo de sociedade" (Arlacchi, 1980, 1987 e 1990; Mosca, 1980; Muti, 1987; Pallida, 1987), sobre a Máfia como uma "cultura" (Lombardi-Sabiani, 1989), ou como "uma sociedade secreta" (Mackenzie, 1973; Arnan, 1973; Fava, 1990). A maior parte desses estudos se insere numa tradição weberiana, sobretudo no que diz respeito aos "tipos ideais" às teorias da ação social e às questões do poder, da burocracia e mesmo do direito, indo buscar na sociologia de Georg Simmel os termos em que analisam o